

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Gabrieli Carvalho

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A SEXUALIDADE NOS
ANOS INICIAIS**

**Santa Maria, RS, Brasil
2018**

Gabrieli Carvalho

**SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia Diurno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito para obtenção do grau de **Licenciatura Plena em Pedagogia**.

Orientadora: Prof^a Dr^a Deisi Sangoi Freitas

Santa Maria, RS
2018

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso.

SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Drª Deisi Sangoi de Freitas

(Presidente/Orientadora)

Prof Dr Guilherme Carlos Correa

(UFSM)

Santa Maria, 06 de dezembro de 2018.

RESUMO

SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Autora:

Orientadora:

Durante muitos anos a temática da sexualidade na escola foi visto como um tabu, principalmente nos anos iniciais. Trabalhar sexualidade com crianças é algo sempre muito complicado, pois a temática engloba questões que vão muito além do conteúdo em sala de aula, como questões políticas, sociais e religiosas e em função dessa complexidade muitas vezes a abordagem dessa temática é deixada de lado. O seguinte trabalho é um estudo realizado a partir da leitura de documentos que servem como diretrizes de ensino e que tratam da temática, onde foi observado o que dizem esses documentos e arquivos sobre o ensino de sexualidade nos anos iniciais. Os documentos analisados foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o que se observou com o passar dos anos na elaboração das políticas públicas relacionadas ao ensino de sexualidade foi a redução e o desaparecimento mesmo da temática nos documentos oficiais.

Palavras chave: Orientação sexual, BNCC, PCN, documentos, gênero, sexualidade, políticas públicas.

ABSTRACT

SEXUALIDADE NOS ANOS INICIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Autora:

Orientadora:

Throughout the years the topic of sexuality in school was seen as a taboo, especially in the early years. Talking about sexuality with children is always very complicated, since the theme encompasses issues that go beyond classroom content, such as political, social and religious issues, and because of this complexity, the issue is often overlooked. This work is a study carried out from the reading of documents that serve as teaching guidelines and that deal with the subject, where it was observed what these documents and files say about the teaching of sexuality in the initial years. The analyzed documents were the Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) what was been observed in the making of public policies over the years related to the sexual education was the reduction, or ever omission, of the subject in official documents.

Key words: Sexual orientation, BNCC, PCN, documents, gender, sexuality, public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONSED - Conselho Nacional de Secretários da Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OMS - Organização Mundial da Saúde

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS.....	1
3 METODOLOGIA	2
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
5 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)	7
5.1 O PAPEL DA ESCOLA NO ENSINO DE SEXUALIDADE SEGUNDO OS PCNs.....	11
5.2 O PAPEL DO EDUCADOR NO ENSINO DE SEXUALIDADE SEGUNDO OS PCNs.....	12
5.2.1 Corpo: Matriz da Sexualidade.....	13
5.2.2 Relações de Gênero	15
5.2.3 Prevenções às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) / AI ...	17
6 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)	18
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

Trabalhar gênero e sexualidade na escola é algo bastante dificultoso e polemizado, pois esse tema engloba questões políticas, sociais, religiosas e valores. Isso tudo faz com que a escola muitas vezes demonstre certa relutância ao tratar do tema em sala de aula, o que em sua maioria não é a solução, pois os temas acabam surgindo em sala de aula devido a que a sexualidade é algo natural do ser humano e está vinculado aos nossos desejos e prazeres, além de estar intimamente conectada à uma identidade social sempre presente no cotidiano tanto de adultos quanto de crianças.

O presente trabalho de conclusão de curso aborda a temática de gênero e sexualidade dentro do contexto histórico, através de documentos que regulam e norteiam a educação escolar. Dentro dessa gama de textos foram analisados os documentos elaborados nos anos 90 e o documento que ainda está sendo elaborado atualmente que servem ou serviam para guiar o trabalho sobre sexualidade com crianças dos Anos Iniciais e as modificações que ocorreram.

Através desta pesquisa pretendi constatar quais são os avanços e retrocessos que ocorreram ao longo dos anos relacionados a abordagem dessa temática.

2 OBJETIVOS

Este trabalho traz como tema geral educação, gênero e sexualidade, e tem como temática específica a abordagem da sexualidade nas escolas. A pesquisa tem como foco, portanto, os avanços e retrocessos que esta temática sofreu ao longo dos anos.

O objetivo geral deste trabalho é verificar como os documentos que são utilizados como referências na educação sugerem a estruturação e a dinâmica do ensino de sexualidade e gênero nos Anos Iniciais, constatando se houve progressão ou regressão em relação aos discursos dos documentos sobre essa temática ao longo dos anos.

Os objetivos específicos são:

1. Analisar e organizar os dados levantados pelos documentos que relatam e orientam o ensino da temática.
2. Estabelecer uma ordem cronológica dos documentos e definir/ destacar os avanços e retrocessos do ensino da temática.

3 METODOLOGIA

Neste trabalho são investigadas as mudanças que ocorreram ao longo dos anos sobre a temática sexualidade nos Anos Iniciais, através da análise dos PCNs e da BNCC. Os documentos serão analisados a partir de duas questões principais:

1. O que dizem os documentos sobre a temática do ensino de gênero e sexualidade?
2. Quais avanços e/ou retrocessos são possíveis de identificar através da sua leitura e análise?

Para responder as questões citadas anteriormente coletaremos as informações por meio de análise documental. Lüdke & André (1986, p.39) definem a análise documental como “O objetivo da análise documental é identificar em documentos primários, informações que sirvam de subsídio para responder alguma questão de pesquisa. ” E por ser uma fonte natural de informação os autores também afirmam que documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. ”

Lakatos e Marconi (1991, p.174) defendem que “a característica da pesquisa documental é que a coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se determina de fontes primárias. ” Além disso os autores classificam as fontes deste método em duas partes: fontes primárias e fontes secundárias.

As fontes primárias são definidas por Lakatos e Marconi (1991, p. 175) como compilados na ocasião pelo autor (como por exemplo, documentos de arquivos públicos, censos, cartas, contratos, etc.), compilados após o acontecimento (diários,

autobiografias, relatos) em suma as fontes primárias são todas as fontes que não derivam de outras, que são baseadas diretamente do fato original. Esta pesquisa utilizará dois documentos básicos: PCNs e BNCC, portanto fontes primárias.

Gil (2008) aborda a pesquisa documental como uma pesquisa muito parecida com a bibliográfica. Esta se diferencia apenas pela natureza das fontes, uma vez que na pesquisa documental os materiais ainda não receberam um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Além da análise documental, ou pesquisa documental, também será realizada uma pesquisa bibliográfica. Apesar de ambos terem como fontes textos e relatos escritos os dois métodos se diferenciam como explica Gil (2008) que defende a pesquisa bibliográfica como uma pesquisa desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa aborda assuntos sobre a relação entre educação, gênero e sexualidade. Com o foco principal nos avanços e retrocessos que ocorreram ao longo do tempo com relação ao ensino da sexualidade nas escolas. A partir disso é importante abordar as definições de gênero, sexualidade e educação segundo os autores e também segundo os documentos que norteiam a educação.

Carvalho e Tortato (2009) definem gênero como uma “palavra que serve para classificar as pessoas na sociedade, de acordo com o sexo que possuem. ”. Porém existem outros autores que rebatem esta opinião, abordando gênero como sendo algo muito além do feminino e masculino e sim uma questão de identidade e autoafirmação perante a sociedade.

Bortolini (2011) ao falar com base numa perspectiva pós estruturalistas, afirma que:

Falar de gênero não significa falar “de mulher”, mas questionar as maneiras como socialmente construímos as categorias “mulher” e “homem”. Pensar sobre gênero é pensar necessariamente sobre essas relações, marcadamente culturais e históricas, não negando a materialidade dos corpos, mas entendendo que esses corpos só são inteligíveis (compreensíveis) a partir de processos de significação culturalmente, historicamente e politicamente construídos.

Louro (2001, p. 11) afirma que “a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política; o segundo ao fato de que a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é constituída ao longo de toda vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.”. Além disso, a autora também fala sobre a questão de que muitas pessoas consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos “naturalmente” e alega que se fosse assim não haveria sentido abordar a dimensão social e política da temática, pois partindo desse ponto de vista “naturalista” ela é algo pronto e não algo construído.

Abramovay (2004) reforça a sexualidade como algo de caráter social, ao afirmar que sexualidade:

É uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos.

Spargo (2017) ao abordar a visão de Foucault em seu livro ao responder o que é, ou o que era sexualidade, afirma que: “Um componente essencial do argumento de Foucault é que a sexualidade não é um aspecto ou fato natural da vida humana, mas uma categoria que foi construída e que tem origens históricas, sociais e culturais, mas não biológicas. ”

No Brasil, apesar de existir muitas pesquisas e debates no meio acadêmico sobre esse tema, ele ainda é pouco debatido nas escolas por gerar muita polêmica entre os pais dos alunos e até mesmo entre os professores, pois falar de gênero e sexualidade envolve diversos aspectos pessoais como crenças, valores, histórias de vida e sentimentos, além de aspectos sociais como questões políticas, culturais e econômicas.

De acordo com Ferreira e Stancki (2009, p.33)

O tema sexualidade revela-se polêmico, envolvendo tabus, medos, questões religiosas, morais e éticas – o que dificulta a busca e o consenso de como a educação formal deveria abordá-lo. Essa dificuldade muito se deve ao fato de que a sexualidade é vista de forma restrita, associada ao ato sexual, desconsiderando a relação com o corpo, o prazer e o desejo.

Este tabu gerado em torno do assunto muitas vezes dificulta abordagem do tema. No Brasil, a escola passa a perceber a importância de falar sobre a

sexualidade a partir da década de 80, devido ao grande número de casos de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), número que crescia cada vez mais devido a falta de informação sobre a doença. Em 1988 fica determinado pela Constituição Federal, a necessidade e a obrigação do Estado criar parâmetros para orientar as ações educativas. A partir daí surgem diversos documentos e dentre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que foram lançados oficialmente em 1997 e distribuídos nas escolas brasileiras somente em 1998.

No meio acadêmico há uma gama de dissertações de mestrado que são voltadas para a análise sobre a introdução da temática do gênero e da sexualidade nas políticas educacionais a partir dos PCN, muitas dessas dissertações destacam como algo inédito e um grande avanço para a educação a “oficialização” da temática de gênero através dos documentos. Outro ponto que foi bastante positivo foi a exigência da inclusão da sexualidade como um tema transversal das demais áreas de conhecimento do currículo.

Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram publicados e embora tenham sofrido fortes críticas, constituíram-se como referência nacional para a elaboração de currículos escolares. Além disso, é possível afirmar que foi nesse documento, relacionado diretamente com o campo da educação, que gênero e sexualidade foram mais forte e explicitamente inseridos como temas importantes a serem discutidos nas escolas. (FELIPE e GUIZZO, 2015, p. 04)

[...] a publicação dos PCNs, em 2000, cuja parceria com a área da Educação foi estratégica na abordagem do problema do gênero como uma possível política afirmativa nesta área, visto que, coloca em debate o problema da hierarquização na relação entre meninos e meninas, apontando situações desfavoráveis para estas últimas e o problema da autoestima. (SILVA, 2007, p. 02)

Apesar dos pontos positivos, foram destacados também alguns pontos negativos como a formação docente deficitária para abordar as temáticas, a falta de condições estruturais para que os docentes pudessem trabalhar com essa abordagem na escola.

“As críticas por parte dos professores são de ordem diferenciada daquelas expressas pelos pesquisadores das relações de gênero. Os primeiros indicam claramente o desconforto de receberem mais uma “incumbência” diante de tantas responsabilidades já delegadas.” (SILVA, 2007, p.03)

Além disso Silva (2007, p. 03) também destaca como crítica:

Os professores se queixam que a responsabilidade delegada a eles foi excessiva, argumentando que esta é uma tarefa prioritária para a família.

Não percebem formas claras de conteúdo para desenvolverem a “orientação sexual” em suas disciplinas e tendem a ignorar situações em sala de aula que impliquem uma discussão explícita sobre sexualidade, observada como um problema de difícil abordagem junto aos alunos. Muitos professores se sentem expostos nestes momentos, “optando” pela “metodologia” do “não vi, não escutei e não falei”. Esta atitude era previsível, considerando as dificuldades de capacitação dos professores nos temas transversais, após a publicação e distribuição dos PCNs nas escolas.

Em 2001 é elaborado o Plano Nacional de educação (PNE/Lei 10.172/2001) que estabelece metas a serem alcançados nas diferentes etapas da educação, tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior.

De acordo com Felipe e Guizzo (2015, p. 05):

Em função da pouca praticidade do referido PNE (Lei 10.172/2001), é que o Plano Nacional de Educação atual (PNE/ Lei 13.005/2014) foi construído de maneira mais enxuta com o intuito de ser realmente efetivo. Entretanto, em função disso, no atual PNE as questões de gênero e sexualidade sequer foram citadas.

Em 2010 surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, que é outro documento muito importante para a escola. Este documento orienta o planejamento curricular das escolas, considerando a questão de autonomia desta mesma incentivando estas instituições a montarem seu próprio currículo permitindo que a escola faça um recorte sobre os conteúdos que se encaixam dentro do seu contexto.

Essas Diretrizes recomendam a inserção do debate das diferenças de gênero, sociais, culturais raciais e sexuais. Pois é algo que está presente no cotidiano escolar cada vez mais. Além disso, as DCN afirmam que é necessário:

[...] Problematizar o desenho da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. (BRASIL, 2010, p.10)

Em meio a construção de diversos documentos, surge em 2015 a Base Nacional Comum Curricular que é um documento onde são definidas as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das modalidades e etapas da Educação Básica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a base norteia o currículo e as propostas pedagógicas de todas as instituições de ensino nacionais, desde a

Educação Infantil, Ensino Fundamental até o Ensino Médio. A Base define os conhecimentos, as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo do ensino básico, e em 2017 está na terceira versão.

No Brasil, uma das principais dificuldades das políticas públicas relacionadas a gênero e sexualidade parte, principalmente, do governo pois, quando são criados materiais para o ensino dessa temática muitas vezes é vetado pelos representantes que estão no poder, justamente pela temática envolver questões políticas, religiosas morais e éticas. Felipe e Guizzo (2007, p.06) nos mostram isso através do seguinte exemplo:

Em 2004, através de uma iniciativa do Governo Federal, houve a criação do programa *Brasil sem Homofobia* (2004) cujo objetivo central era incentivar o combate à violência e à discriminação contra sujeitos cuja orientação sexual não era a heterossexual, bem como procuraram promover a cidadania homossexual. Uma das iniciativas desse programa era distribuir um conjunto de materiais que ficou conhecido como "*Kit Escola Sem Homofobia*", mas essa iniciativa foi suspensa, pois sofreu duras críticas e fortes reações de setores conservadores atrelados ao Governo. As críticas e a posterior suspensão do referido Kit muito provavelmente ocorreram pelo fato de ainda vivermos em uma cultura em que a heterossexualidade é vista como a única possibilidade dos sujeitos viverem sua sexualidade.

Durante a pesquisa, a maioria dos materiais encontrados tratava sobre o ensino de sexualidade e gênero a partir das orientações dos PCN, acredito que não há muitos materiais que tratem da BNCC devido ao fato desta ainda ser um documento em construção e que passa por diversas mudanças constantemente. Uma destas mudanças foi a retirada recentemente de alguns termos que abordavam questões de sexualidade e gênero.

Dentre as limitações encontradas para a construção deste projeto a principal, como citado anteriormente, foi a falta de materiais que falassem sobre a Base Nacional Comum Curricular que é um dos documentos norteadores mais atuais. Portanto vamos nos ater aos documentos anteriores.

5 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram elaborados na década de 90, pela fundação Carlos Chagas. Este documento estabelecia diretrizes e

referenciais de qualidade com foco na reestruturação das propostas curriculares nas escolas brasileiras determinando os pilares primordiais para a educação.

Este documento traz como meta gerar uma transformação positiva no sistema educacional brasileiro, promovendo um debate que envolva pais, escolas, sociedade, governo. É um documento com “uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação de realidade educacional, que devam ser empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.” (PCN, p.13)

O PCN está organizado em:

uma coleção de dez volumes organizados da seguinte forma: - um documento Introdução, que justifica e fundamenta as opções feitas para a elaboração dos documentos de áreas e Temas Transversais; - seis documentos referentes às áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física; - três volumes com seis documentos referentes aos Temas Transversais: o primeiro volume traz o documento de apresentação destes Temas, que explica e justifica a proposta de integrar questões sociais como Temas Transversais e o documento Ética; no segundo, encontram-se os documentos de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, e no terceiro, os de Meio Ambiente e Saúde. (PCN, vol.01, p. 07)

Esta organização permite que se discuta uma prática escolar que realmente atinja seus objetivos, organizando-se assim por áreas e por ciclos, apontando como se pode trabalhar desde as séries iniciais para se alcançar os objetivos pretendidos. Neste documento optou-se pelo tratamento específico das áreas em função da importância instrumental de cada uma, apesar disso a integração entre elas também está contemplada. Em relação às questões sociais relevantes os PCNs reafirmam a necessidade de sua problematização e análise e traz estas questões como temas transversais. As questões abordadas dentro dos temas transversais são éticas, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

“Se a escola pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade é necessário que trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se veem confrontados no seu dia a dia. As temáticas sociais, por essa importância inegável que têm na formação dos alunos, já há muito têm sido discutidas e frequentemente incorporadas aos currículos das áreas ligadas às Ciências Naturais e Sociais, chegando até mesmo, em algumas propostas, a constituir novas áreas.” (PCN, vol.01, p.44)

Ao colocar as questões sociais dentro do documento como um tema transversal, ou seja, um tema que atravessa as demais áreas do conhecimento, e reafirmar a importância das discussões em sala de aula sobre essas temáticas, o

documento nos aponta um fator principal que é a discussão destas temáticas sociais de forma multidisciplinar, ou seja, que não se restringe a apenas uma área do conhecimento. Através desse tratamento transversal das temáticas sociais seria possível contemplá-las em toda sua complexidade de forma que tornasse mais acessível o seu entendimento.

O caderno de volume dez dos Parâmetros aborda as temáticas transversais de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, sendo esta segunda a temática foco dessa pesquisa.

O documento que aborda a temática de Orientação Sexual busca, de acordo com PCN (1997, p.107):

Considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros que são problemas atuais e preocupantes.

O documento tem como objetivo promover discussões e reflexões de toda a comunidade escolar, visando sistematizar a ação pedagógica e o desenvolvimento dos alunos, levando em conta os princípios morais de cada indivíduo e respeitando os Direitos Humanos.

Há registros da década de 20 de que a discussão dessa temática já vinha sendo feita em algumas escolas, a retomada deste assunto nos anos 70 se deu por conta dos movimentos sociais que passaram a pensar na importância do papel da escola e dos conteúdos que nela eram ensinados. Ainda assim não foram muitas as iniciativas das redes de ensino para abordar a temática dentro da sala de aula.

Em meados dos anos 80, o assunto acerca do ensino e orientação sexual nas escolas volta à tona sob o foco da AIDS, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e gravidez indesejada na adolescência. Acreditava-se que as famílias apresentariam algum tipo de resistência em relação ao debate dessa temática nas escolas, porém em 1993 o instituto Data Folha divulgou uma pesquisa realizada em dez capitais brasileiras, constatando que 86% das pessoas que participaram da pesquisa eram favoráveis a inserção da temática de Orientação Sexual no currículo escolar.

O que mudou de lá pra cá? As questões da sexualidade se manifestam em várias faixas etárias. Ignorar, reprimir e até mesmo ocultar respostas é o manifesto

mais comum dos professores em sala de aula que acreditam em sua maioria, que este tema deve ser tratado somente com a família. Porém o que realmente ocorre é totalmente o oposto. Há uma necessidade muito grande se debater isso em sala de aula, pois as crianças sofrem influência de diversos meios e trazem informações de diversos lugares não apenas em casa, elas estão em contato constante com outras pessoas além da família, livros, mídia e principalmente a internet. O que faz com que muitas vezes o assunto acabe aparecendo em sala de aula, permitir que o aluno se aproprie desse conhecimento de forma adequada, crítica, reflexiva e educativa é papel do professor e da escola. É impossível pedir para que o aluno deixe a sexualidade fora da escola, pois é algo que faz parte dele, o constitui como ser humano o que muitas escolas não compreendem.

A sexualidade adentra a escola não só pelos jovens alunos, mas também pelos adultos que nela atuam. Trago aqui como exemplo o registro de uma conversa entre as crianças que presenciei durante a observação no primeiro ano do ensino fundamental:

[...] A professora saiu para atender ao telefone e disse que era seu marido. Uma das crianças disse surpresa “A profe tem um marido!” e outra respondeu “Claro ela é casada.”. Assim todas as crianças acabaram se envolvendo na discussão e quando a maioria estava convicta de que todas as mulheres adultas eram casadas, pois tinham como exemplo suas mães, tias, avós... um menino, que estava quieto até então, me olhou e disse “Sabe profe a minha mãe não tem um marido, então eu acho que nem toda mulher precisa de um marido.” (2018 Registro do meu diário de estágio)

A partir disso pude perceber o quanto uma situação que foi trazida “sem querer” pela própria professora para dentro da sala de aula, pode aguçar a curiosidade das crianças sobre essa temática.

Muitas escolas trazem como uma alternativa para abordar essa temática as aulas de ciências, onde inclui no currículo o conteúdo de aparelho reprodutivo, as DST's, os métodos contraceptivos e breves discussões sobre a reprodução humana, o que muitas vezes acaba não sanando todas as dúvidas dos alunos pois aborda apenas as questões biológicas, deixando de lado as dimensões sociais, afetivas e culturais que fazem parte do assunto.

Satisfazer essa necessidade é fundamental para alimentar e impulsionar a sede de curiosidade do aluno no decorrer da vida, enquanto omitir o acesso às informações pode acabar causando tensão e ansiedade.

5.1 O PAPEL DA ESCOLA NO ENSINO DE SEXUALIDADE SEGUNDO OS PCNs

De acordo com os documentos a sexualidade deve ser abordada primeiramente dentro de casa, onde os pais ensinarão e repassarão suas crenças, cultura e valores de forma que cada família acredita ser certa e se espera que a criança assuma isso.

À escola cabe abordar esse assunto através dos diversos pontos de vista, para dar mais possibilidades para o aluno escolher um ponto de referência através da reflexão. Por isso o trabalho de orientação sexual na escola não exclui, compete ou desvalida o trabalho que é realizado em casa e sim o complementa. Assim como tudo o que é feito na escola, para abordar a temática seria necessário um planejamento com objetivos, metodologia, embasamento teórico, respeitando a particularidade de cada aluno da maneira mais imparcial possível. Como cita o documento:

“A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa.” (PCN, vol.10, pág. 122)

É importante lembrar que de acordo com o PCN (vol. 08 p. 84):

“Experiências bem-sucedidas com Orientação Sexual em escolas que realizam esse trabalho apontam para alguns resultados importantes: aumento do rendimento escolar (devido ao alívio de tensão e preocupação com questões da sexualidade) e aumento da solidariedade e do respeito entre os alunos. Quanto às crianças menores, os professores relatam que informações corretas ajudam a diminuir a angústia e a agitação em sala de aula.”

Ou seja, ao contrário do que se pensa atualmente ensinar, conversar e debater sobre sexualidade com crianças de forma alguma é doutriná-las ou influenciar a orientação sexual da criança. Falar sobre sexualidade na escola e em casa com as crianças é ensinar a respeitar, é conhecer o outro e a si mesmo como um indivíduo pertencente a uma sociedade com uma diversidade cultural enorme. E cabe a escola participar, estimular e desenvolver a busca por esse conhecimento.

Além do papel da escola e do professor, o documento também ressalta a importância da participação da família nesse processo, pois toda a ação pedagógica trazida pelo documento tem como base a complementação da educação familiar. Assim sendo a escola deve informar sempre aos pais a inclusão desse conteúdo no currículo e a família e a escola devem dialogar sempre e de todas as formas pertinentes em relação a este assunto. Assim como a escola deve sempre ser um espaço aberto para a pluralidade, ensinando as crianças a respeitá-las, ela também deve respeitar a diversidade das famílias nunca julgando como certa ou errada a forma de educar de cada família. Ressalva aos casos que ferem os direitos da criança e adolescente, nesses casos a escola deve sempre prezar pela integridade do aluno, tomando as medidas cabíveis.

5.2 O PAPEL DO EDUCADOR NO ENSINO DE SEXUALIDADE SEGUNDO OS PCNs

O educador acima de tudo deve ter clareza de que a sexualidade e a busca do prazer fazem parte do desenvolvimento humano, por isso as crianças e adolescentes, que estão em uma fase constante de desenvolvimento, possuem muita curiosidade a cerca desse conteúdo.

É inevitável que o professor ao ensinar, ou responder uma simples questão não deixe de lado a sua opinião que pode ser manifestada de diversas formas (através de gestos, fala ou simplesmente o tom de voz), por isso é necessário que o professor tenha acesso a uma formação específica para tratar do tema com os alunos para que ocorra uma construção eficiente e profissional do ensino dessa temática.

O professor nunca deve transmitir sua opinião, posição e valores em relação ao assunto como verdade única. Sempre deve mostrar para o aluno as opções e diversidades que existem acerca da temática e deixar que o aluno se aproprie daquilo que melhor lhe cabe. Também é importante que o professor estabeleça com os alunos uma relação de confiança mútua e de respeito, mostrando-se sempre disponível e aberto para o diálogo a respeito dessa temática, evitando fazer julgamentos e respondendo sempre de forma clara, concisa e direta a colocação dos alunos.

De acordo com o PCN (vol. 08 p. 84)

“Na condução desse trabalho, a postura do educador é fundamental para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio, respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos.”

O documento nos traz a informação de que a maioria das pesquisas já realizadas até aquele momento, indicavam que a maioria das questões feitas pelos alunos relacionadas a temática de sexualidade e gênero são ligadas à compreensão de informações sobre o tema. Os Parâmetros Curriculares Nacionais nos trazem indicações de alguns conteúdos para serem trabalhados em sala de aula, além disso o documento também dá a liberdade para o professor trabalhar questões trazidas pelos próprios alunos e também de acordo com a realidade e contexto social que cada escola enfrenta. Os conteúdos selecionados pelos PCNs levaram em conta os seguintes critérios:

- A relevância sociocultural: Os conteúdos correspondem com as questões apresentadas pela sociedade atualmente?
- A consideração pelas dimensões biológicas, psíquicas e sociocultural da sexualidade, contemplando com uma visão ampla as questões que envolvem a sexualidade e como está se desenvolve no âmbito pessoal.
- A possibilidade de entender a sexualidade como algo prazeroso, que deve ser exercida de forma segura, saudável e responsável.

A partir desses critérios os conteúdos foram organizados em três blocos:

- Corpo: Matriz da sexualidade.
- Relações de gênero.
- Prevenção a doenças sexualmente transmissíveis/ AIDS.

5.2.1 Corpo: Matriz da Sexualidade.

Existe uma diferença entre corpo e organismo, saber diferenciá-las é essencial para se trabalhar corpo e sexualidade em sala de aula. O organismo é a infraestrutura básica que compõe o ser humano, o conjunto de órgãos e sistemas que fazem com que a unidade física do corpo funcione, enquanto o corpo é o organismo tomado por inteligência, vontades, sentimentos, sensações de prazer e desprazer. Por isso ao se trabalhar o corpo em sala de aula não se deve apenas trabalhar as questões orgânicas corporais, mas também trabalhar as questões de sentimentos, sensações e as transformações que ocorrem com o passar do tempo, é importante também levar em consideração as questões culturais, psicológicas, sociais que acercam o corpo.

O objetivo é construir noções, conceitos e valores a respeito do corpo em que a sexualidade esteja incluída como algo saudável, natural e necessário para a vida humana. A sexualidade se expressa de várias formas através das vestimentas, comportamentos, hábitos, cuidados pessoais, etc. o que varia de acordo com a cultura e com tempo em que é vivida o que permite que a temática seja trabalhada nas diversas áreas do conhecimento de diversas formas, nunca deixando de lado questões como gostar, cuidar e respeitar o corpo que se tem, pois “o respeito a si próprio, ao seu corpo e aos seus sentimentos é a base para haver possibilidade de um relacionamento saudável com o outro.” PCN (Vol.08 p. 97).

É importante ressaltar que a abordagem da temática deve sempre ser feita de forma que nenhum aluno se sinta exposto, para isso o documento sugere como um recurso de criação ou adoção de um personagem, através desse personagem o professor poderia então trabalhar questões como medos, dúvidas, inseguranças e informações relacionadas com o corpo e a sexualidade. Em relação a linguagem que deve ser utilizada o documento sugere que o professor utilize a mesma linguagem que a criança e apresenta as denominações utilizadas pela ciência. O documento também ressalta a importância do professor investigar o conhecimento prévio da criança acerca do tema, pois por mais que a criança não tenha um conhecimento objetivo, ela sempre imagina coisas e elabora teorias fictícias.

Os conteúdos que o documento indica que sejam trabalhados são:

- As transformações que ocorrem no corpo, tanto feminino quanto masculino, não só a perspectiva de corpo como organismo, mas também como corpo de

maneira geral, com emoções, sentimentos, cuidados, e sensações como prazer e bem-estar.

- Os métodos contraceptivos, gravidez, parto e os mecanismos de concepção.
- As mudanças que ocorrem na puberdade: o amadurecimento das funções sexuais a reprodutivas, a variação nas idades em que a puberdade se inicia, as transformações decorrentes que ocorrem devido ao crescimento físico acelerado, aparecimento de caracteres sexuais secundários.
- Respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro.
- Respeito aos colegas que apresentam desenvolvimento físico e emocional diferente.
- Fortalecimento da autoestima.
- A tranquilidade em relação a sexualidade.

5.2.2 Relações de Gênero

O documento inicia nos trazendo a seguinte definição: “O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social.” (PCN, Vol 08, p. 98).

De acordo com o documento essa definição permite que se abandone a explicação da natureza como a responsável pela diferenciação do comportamento de homens e mulheres e os lugares ocupados por estes perante a sociedade, que historicamente vem privilegiando os homens a medida que a sociedade não oferece oportunidades iguais para ambos.

O documento aponta que na época em que foi elaborado já vinha ocorrendo há décadas uma grande transformação da mudança de costumes e valores, porém persistiam muitas discriminações, às vezes veladas, referentes a gênero. Atualmente, apesar de termos grandes avanço em relação à época nas questões de gênero como a visibilidade que a comunidade LGBT¹ (lésbicas, gays, bissexuais,

¹ Nos anos 90, a época em que foi escrito o documento a sigla utilizada era LGBT, atualmente a sigla possui uma série de variantes como LGBTQ+, LBTT, LGBTI (usada pela ONU) e

travestis, transgêneros e transexuais) ganhou e também a conquista de alguns direitos destinados para essa comunidade, que antes era negado ou ignorado. Porém diante de tantas conquistas ainda temos retrocessos, pois ainda há as questões do preconceito disfarçado e muitas vezes escancarado, os discursos de ódio, e também as questões como feminicídio² que aumenta cada vez mais no nosso país, bullying sofrido na adolescência por aqueles que fogem dos padrões e também casos de homofobia que também crescem muito no Brasil. Discutir relações de gênero na escola, tem como objetivo combater as relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta impostos pela sociedade e apontar para sua transformação, também é importante discutirmos essas questões para revertermos esse quadro de aumento da violência e do ódio que está presente atualmente no nosso país. Flexibilizar os padrões é permitir a expressão das potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero.

É normal que as crianças no primeiro ciclo se agrupem por sexo, e que haja uma certa dificuldade de relacionamento entre meninos e meninas. Este movimento deve ser respeitado desde que não resulte na desvalorização do outro. É a partir desse movimento que as crianças constroem suas identidades, pois é preciso afirmar-se como menino ou menina a partir das semelhanças e afinidades relacionadas com a mesma faixa etária. Enquanto no segundo ciclo os grupos passam a ter uma afinidade e aproximação maior, pois há uma maior curiosidade acerca das diferenças e o surgimento da puberdade. Muitas vezes esse entrosamento não se dá sem conflitos, medos e algumas vezes agressões, o que pode acabar exigindo uma certa intervenção do professor que se pode dar por meio de trabalhos em conjunto como estratégia para facilitar a relação entre meninos e meninas.

A abordagem de gênero com crianças do primeiro ciclo é uma tarefa delicada, apesar das crianças demonstrarem isso nitidamente nas brincadeiras, relações entre

até mesmo LGBTQQICAPF2K+ a nova sigla divulgada na Inglaterra. O movimento não possui uma sigla considerada oficial apenas busca utilizar uma sigla que contemple a diversidade.

² Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de assassinatos chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres. O Mapa da Violência de 2015 aponta que, entre 1980 e 2013, 106.093 pessoas morreram por sua condição de ser mulher. As mulheres negras são ainda mais violentadas. Apenas entre 2003 e 2013, houve aumento de 54% no registro de mortes, passando de 1.864 para 2.875 nesse período. Muitas vezes, são os próprios familiares (50,3%) ou parceiros/ex-parceiros (33,2%) os que cometem os assassinatos.

os alunos, no modo de realizar as tarefas escolares, organização dos materiais, na forma de se comportar no geral. Em situações cotidianas o professor pode levantar questionamentos que façam as crianças refletirem sobre os papéis estereotipados e deve intervir em casos de discriminação de um aluno dentro do seu grupo.

O documento salienta que é interessante que o professor proponha a turma momentos de convivência e de trabalhos com alunos de diferentes sexos para reduzir a hostilidade entre eles, proporcionando a observação, descobertas e tolerância das diferenças.

Os conteúdos a serem trabalhados são:

- A diversidade do comportamento de homens e mulheres de acordo com a época e lugar onde vivem.
- A relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao feminino e ao masculino.
- O respeito pelo outro sexo.
- O respeito as variadas formas de expressões do feminino e do masculino.

5.2.3 Prevenções às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) / AIDS

O principal a ser trabalhado nesse bloco são as informações sobre a existência de DSTs, em especial a AIDS, incluindo esclarecimentos sobre os fatos e os preconceitos que a cercam. Na época que o documento foi elaborado a AIDS tinha um aumento cada vez maior de casos no país e a informação sobre a doença era muito pouca o que acabava gerando uma certa exclusão das pessoas portadoras da doença. Atualmente, graças a implementação desse conteúdo nas escolas, se tem um pouco mais de acesso às informações e melhor entendimento sobre a doença o que colaborou com a diminuição do preconceito em relação às pessoas soropositivas.

O enfoque do ensino da orientação sexual é desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos impostos, afirmando-a como algo ligado ao prazer e à vida, por isso o enfoque desse eixo deve ser coerente com as propostas realizadas

anteriormente, assim sendo, o foco principal deve ser sempre a prevenção das doenças, através do sexo seguro e das demais formas de transmissão, e as formas de tratamento sempre evitando relacionar a sexualidade e doença ou com a morte. De acordo com o PCN (vol. 08, p.100) “A mensagem fundamental a ser trabalhada é “AIDS previna-se”. ”.

O momento mais propício para se tratar da temática é quando algo é trazido pelos alunos, ou é vivido pela comunidade escolar. Também se faz importante o levantamento sobre o conhecimento prévio de cada aluno sobre DSTs e AIDS pois há muita informação errada sobre elas. Outro ponto importante é a retomada da discussão sobre corpo e os cuidados oferecidos pelo sistema de saúde, lembrando sempre que o enfoque é a promoção da saúde e não da doença.

Dos conteúdos a serem trabalhados, esse eixo do PCN traz:

- O conhecimento da existência de DSTs.
- A compreensão de formas de prevenção e de transmissão da AIDS.
- A comparação entre as formas de contato com o vírus HIV que propiciam contágio e as formas de contato seguras.
- Recolher, analisar e processar informações sobre a AIDS por meio de folhetos, revistas, artigos, etc.
- O conhecimento e a adoção dos procedimentos necessários em situação de acidente ou ferimentos que possibilitem o contato sanguíneo.
- O respeito e a solidariedade com as pessoas soropositivas.

É importante destacar que este documento surgiu há 20 anos e esta temática surge como um dos temas transversais através da necessidade de falar sobre isso em sala de aula como o próprio documento acusa.

6 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina os conhecimentos essenciais que o currículo da educação básica deve contemplar ano a ano, independente da região onde o aluno mora ou estuda. Um documento obrigatório que tem como objetivo reduzir as desigualdades do ensino e que deve

ser visto como uma ferramenta norteadora para orientar a elaboração do currículo escolar, levando em consideração as particularidades metodológicas, sociais e regionais de cada escola, ou seja, a Base estabelece os objetivos de aprendizagem que se quer alcançar através da definição de competências e habilidades essenciais, enquanto o currículo determina como esses objetivos serão alcançados, traçando as estratégias pedagógicas mais adequadas.

A BNCC tem como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), é a através dela que todo o processo de construção da BNCC se organiza e se inspira, além disso, a Base é indicada nas Conferências Nacionais de Educação e no Plano Nacional de Educação (PNE). Além de estar prevista na Constituição Federal de 1988 no artigo 210.

Art.210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

É importante ressaltar que o documento ainda não foi concluído, está em construção desde 2015 através de um processo colaborativo e democrático orientado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e se encontra na sua terceira versão.

A primeira versão do documento passou por uma consulta pública entre 2015 e 2016, esta versão contou com a participação do público que poderia contribuir com a construção do documento através do portal da BNCC. A consulta pública de acordo com o site da BNCC, iniciou em junho de 2015 e contou com mais de 12 milhões de contribuições chegando ao fim a primeira versão do documento em março de 2016.

A segunda versão do documento, lançada em maio de 2016, deu início aos Seminários Estaduais que foram realizados em todas as unidades da federação. Todos os 27 seminários foram organizados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) junto a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) no período de junho a agosto. Estes seminários tinham como objetivo receber contribuições de alunos, professores, especialistas, coordenadores e instituições a fim de aprimorar o documento, estima-se que ao final houve a participação de mais de 9 mil pessoas nesta segunda etapa do documento.

Em setembro de 2016 o documento que sistematizou os seminários foi entregue ao Ministro da Educação, na ocasião Mendonça Filho. O documento

continha as principais observações levantadas pelos educadores, além de abordar as preocupações destes a respeito da linguagem confusa e genérica do documento que, em tese, deveria ser claro. Após a entrega desse documento o MEC anunciou uma medida separando a BNCC em duas partes, sendo uma voltada para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e outra voltada para o Ensino Médio, medida que recebeu muitas críticas pois seccionar o documento em duas partes vai contra a ideia inicial que era pensar em um documento focado para educação básica no geral: desde a educação infantil até o ensino médio o que com esta divisão acaba tendo uma quebra.

A terceira versão, a qual foi lançada em abril de 2017, é de todas a versão que mais gerou e gera discussão entre os educadores e especialistas no assunto por conta da exclusão de alguns assuntos muito atuais e necessários para serem debatidos em sala de aula, dentre eles a educação sexual. Algumas das mudanças realizadas nessa versão foram:

- A exclusão do ensino religioso, em respeito à lei prevista pela Constituição Federal artigo 210 §1 e a lei prevista na LDB no artigo 33 onde respectivamente afirmam que:

“Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. ” (BRASIL, 1988)

“Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso” (BRASIL. 1996)

- Os conteúdos de história passam a ser organizados de acordo com a cronologia dos fatos.

- A língua inglesa se torna obrigatória (nas versões anteriores o documento deixava a escolha da língua a cargo das redes de ensino).
- Os conceitos de gênero não são trabalhados no conteúdo, de acordo com o MEC o texto defende o respeito e a pluralidade.
- Toda criança deve ser alfabetizada até o fim do segundo ano (a versão anterior estendia o prazo até o terceiro ano).
- A Educação Infantil ganhou parâmetros de “direitos de aprendizagem e desenvolvimento”

Além dessas mudanças, o documento aponta dez competências que os alunos devem desenvolver no decorrer da educação básica. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017, p. 6)

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e sócio emocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)

As competências gerais trazidas pela BNCC (BRASIL, 2017, p.7) são:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas

práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

A partir disso como o documento busca exercitar a empatia, o respeito e valorizar a diversidade sendo que não aborda um dos principais temas que daria abertura para esse diálogo que seria a orientação sexual? Por qual razão este termo foi retirado do documento? Será que não precisamos mais debater essa temática em sala de aula, pois todas as dúvidas a cerca disso foram respondidas? O que era tão importante na década passada que levou o governo a criar um documento específico sobre a temática que já não é mais importante nesta década?

Além dessas questões o documento não trata especificamente da temática, apenas fazendo alusões rasas que dão a entender que a temática pode vir a ser trabalhada caso o professor queira, sem orientar como, por que, para que e o que deve abordar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do atual cenário social, onde temos como exemplo a cidade de Santa Maria que é uma das cidades com maior índice de pessoas infectadas pelo HIV no Estado, de acordo com uma reportagem feita em 2015 pelo jornal local da cidade, Diário de Santa Maria, desde 2005 o Rio Grande do Sul liderava o número de casos de AIDS, e de mortes por conta da doença, estando a cidade de Santa Maria em décimo lugar entre os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes em um levantamento realizado entre 2009 e 2014. O que nos mostra que a discussão desta temática em sala de aula ainda é algo muito atual e necessário, temos em contra partida um cenário político extremamente conservador que vai contra o ensino dessa temática em salas de aula. O que aconteceu no decorrer dos anos? Por que existe uma pressão política para que essa temática não faça parte do currículo?

Através da leitura e análise dos documentos em questão, há uma diferença gritante entre um documento e outro em relação à temática de orientação sexual. Enquanto os PCNs (que são de caráter não obrigatório) abordam a temática a fundo, trazendo estratégias e sugestões de como abordar a questão em sala de aula, apresentando um livro completo sobre a temática nos diversos níveis, a BNCC (documento de caráter obrigatório para todo território nacional) faz uma breve alusão sobre a temática, dando pinceladas sutis através de questões como respeito, diversidade e questões de gênero, deixando em aberto a questão e não tratando a fundo como deveria ser, principalmente no Brasil onde há cada vez mais um aumento nos casos de HIV, DSTs, estupro, feminicídio, discurso de ódio, homofobia, transfobia.

Estamos dando inúmeros passos para trás ignorando a realidade e o contexto social atual em prol do conservadorismo. Deixar de lado a temática de orientação sexual no contexto escolar é deixar de dar visibilidade para grande parte dos problemas atuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15- 12-1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Caderno de Educação em Direitos Humanos. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais.** Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética /** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; TORTATO, Cíntia de Souza Batista; DE CARVALHO, Marília Gomes. **Educação para todas e todos: em busca da equidade de gênero e da diversidade sexual no ambiente escolar**. Cadernos de Gênero e Tecnologia, v. 5, n. 19/20, 2009.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; DA SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. 2004.

CRESWELL, John W. "**Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**". Artmed, 2010.

FERREIRA, B. L. LUZ, NS da. Sexualidades e gênero na escola. LUZ, Nancy Stancki da; CARVALHO, Marília G. de; CASAGRANDE, Lindamir S. (Orgs.). **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UTFPR, p. 38-43, 2009.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 2002.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. **Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a Educação**. Reunião Nacional da ANPEd, v. 37, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, Belo Horizonte, 2001.

LOURO, Guacira Lopes; Felipe N., Jane; Goellner, Silvana V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Vozes, Petrópolis / RJ, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 1986.

PORTELA, Yeda MA. **Os Parâmetros Curriculares Nacionais no cenário das Políticas Públicas Educacionais Brasileiras. (The National Curriculum in Public Policy Educational scenario of Brazilian.)**. *Ciência Atual–Revista Científica Multidisciplinar das Faculdades São José* 1.01 (2013).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Gênero e sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida. **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, v. 30, 2007.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós seculares**. 1 edição. Autêntica editora, Belo Horizonte, 2017.

Santa Maria está na 10ª posição em casos de Aids no Brasil. **Diário de Santa Maria, Santa Maria 13 fev. 2015**. Disponível em: <<https://diariosm.com.br/santa-maria-est%C3%A1-na-10%C2%AA-posi%C3%A7%C3%A3o-em-casos-de-aids-no-brasil-1.2030627>>. Acesso em: 5 nov. 2018.